

DOSSIÊ

Políticas de formação de professores(as) e valorização docente em contextos neoliberais

Editora

Andreza Barbosa

Disponibilidade dos Dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis mediante solicitação com autor correspondente.

Uso de software de IA

Não foi utilizado inteligência artificial na elaboração do texto.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

30 jun. 2025

Aprovado

6 jan. 2026

Currículos em disputa: tensões entre a formação crítica e o neoliberalismo nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Blumenau

Curricula in dispute: tensions between critical training and neoliberalism in the undergraduate teaching programs at the Federal University of Santa Catarina – Blumenau Campus

Giovanna **Martin-Franchi**¹ 

¹ Instituto Federal Catarinense, Coordenadoria Geral de Ensino, Curso de Pedagogia. Blumenau, SC, Brasil. E-mail: <gfranchi_m@yahoo.com.br>.

Como citar este artigo: Martin-Franchi, G. Currículos em Disputa: tensões entre a formação crítica e o neoliberalismo nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Blumenau. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 31, e16404, 2026. Doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v31a2026e16404>.

Resumo

O presente estudo analisou as propostas curriculares dos cursos de licenciatura em Química e Matemática da Universidade Federal de Santa Catarina, *Campus Blumenau*, examinando sua articulação com as políticas públicas de formação e valorização docente em um contexto neoliberal. A pesquisa, de abordagem qualitativa e análise documental, investigou os Projetos Pedagógicos de Curso tendo como foco a conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, na presença em componentes pedagógicos críticos, nas influências neoliberais e nas estratégias de valorização docente. Os dados foram analisados considerando os documentos normativos, como o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular, utilizando análise de conteúdo e estudo de caso. Os resultados indicam que ambos os currículos priorizam a formação crítica, com disciplinas voltadas à inclusão e à cidadania, resistindo às lógicas gerenciais. No entanto, evidenciam menções ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, sugerindo influências neoliberais. A valorização docente é promovida por meio de práticas reflexivas, embora careça de estratégias robustas para a inserção profissional e a melhoria das condições materiais. Em suma, esses achados destacam os currículos analisados como espaços de disputa, nos quais práticas emancipatórias coexistem com as pressões por eficiência.

Palavras-chave: Autonomia docente. Educação emancipatória. Formação docente. Neoliberalismo. Projetos pedagógicos.

Abstract

The present study analyzed the curricular proposals of the undergraduate teaching degrees (licenciaturas) in Chemistry and Mathematics at the Federal University of Santa Catarina,

Blumenau Campus, examining their articulation with public policies for teacher training and professional valorization within a neoliberal context. The research, utilizing a qualitative approach and documentary analysis, investigated the Pedagogical Course Projects and focused on compliance with the National Curricular Guidelines, the presence of critical pedagogical components, the influence of neoliberalism, and strategies for teacher valorization. Data were analyzed considering normative documents such as the National Education Plan and the National Common Curricular Base by employing content analysis and a case study design. The results indicate that both curricula prioritize critical training, featuring subjects focused on inclusion and citizenship, thereby resisting managerial rationales. Nevertheless, they include references to the National Student Performance Examination, which suggests neoliberal influences. Teacher valorization is promoted through reflective practices, although the curricula lack robust strategies for professional insertion and the improvement of material conditions. In sum, these findings highlight the analyzed curricula as spaces of dispute in which emancipatory practices coexist with pressures for efficiency.

Keywords: Teacher autonomy. Emancipatory education. Teacher training. Neoliberalism. Pedagogical projects.

Introdução

As políticas neoliberais reconfiguram o campo educacional brasileiro, promovendo, nas últimas décadas, reformas baseadas em eficiência, responsabilidade e mercantilização do ensino. Ball (2012) argumenta que o neoliberalismo reorienta as políticas educacionais para lógicas gerencialistas, priorizando a mensuração de resultados e a padronização curricular, em detrimento da autonomia pedagógica e da formação crítica. No Brasil, reformas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio, segundo Dardot e Laval (2016), subordinam a educação a imperativos econômicos, promovendo uma visão instrumental do conhecimento e do trabalho docente. Essas políticas, ao enfatizarem competências técnicas frequentemente dissociadas de uma perspectiva crítica, intensificam a precarização das condições de trabalho e formação docente.

A formação de professores constitui-se como um espaço de tensão entre abordagens tecnicistas e perspectivas crítico-reflexivas. Tardif (2012) defende que a formação docente deve integrar saberes experienciais e reflexivos, articulando conhecimento disciplinar a práticas pedagógicas contextualizadas, a fim de promover uma identidade profissional autônoma. Imbernón (2010) corrobora, destacando a reflexividade crítica como essencial para capacitar professores a enfrentar desafios sociais, resistindo a modelos prescritivos que reduzem o ensino a procedimentos técnicos. Em contrapartida, Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) criticam abordagens tecnicistas que, sob o neoliberalismo, transformam a formação docente em treinamento instrumental, alinhado a avaliações externas, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Essas abordagens limitam práticas emancipatórias, perpetuando a desvalorização profissional.

A valorização docente, intrinsecamente ligada à formação, é um campo de disputas. Nóvoa (2009) destaca que ela transcende questões salariais, englobando autonomia, inserção profissional qualificada e mitigação da intensificação do trabalho, acentuada em contextos neoliberais por demandas de produtividade. Essa intensificação, segundo Nóvoa (2009), compromete a reflexividade e a criatividade pedagógica, minando práticas transformadoras.

Em face disso, entidades como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) resistem a essas reformas. Tais entidades defendem políticas de formação e valorização centradas na cidadania, inclusão e equidade, alinhadas a uma educação emancipatória (Gatti, 2014).

Essas tensões evidenciam lacunas na formação docente, especialmente na articulação entre os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e as políticas públicas. Enquanto reformas neoliberais impõem currículos padronizados e avaliações externas, a formação crítica, proposta por Imbernón (2010) e Tardif (2012), resgata a agência do professor como intelectual transformador, articulando saberes disciplinares, pedagógicos e sociais. A análise dos PPC é um instrumento privilegiado para compreender como as licenciaturas navegam essas tensões, configurando-se como espaços de reprodução ou resistência às lógicas neoliberais, com implicações para a valorização docente e a prática educativa na educação básica.

A literatura sobre políticas educacionais no Brasil concentra-se em marcos normativos como a BNCC e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), os quais orientam a educação básica e superior. Estudos de Mainardes (2018) e Saviani (2013) abordam como essas políticas reconfiguram o sistema educacional sob lógicas neoliberais, promovendo padronização curricular e resultados mensuráveis. Contudo, há escassez de análises microcontextuais acerca de como os PPC de licenciaturas específicas traduzem ou contestam essas diretrizes. Essa lacuna limita a compreensão das dinâmicas institucionais que moldam a formação docente, especialmente ao considerar particularidades disciplinares.

A literatura também carece de estudos comparativos entre licenciaturas de áreas distintas, como Química e Matemática. Tais cursos, apesar do objetivo comum de formar professores para a educação básica, apresentam singularidades epistemológicas e metodológicas. Lopes (2016) assinala que diferenças nos campos do conhecimento influenciam práticas pedagógicas e concepções curriculares, contudo, poucos trabalhos exploram essas particularidades nos PPC em relação às tensões entre abordagens críticas e tecnicistas. Essa ausência restringe a compreensão das estratégias institucionais para articular as políticas públicas com as especificidades disciplinares.

Outro aspecto pouco investigado é a interseção entre PPC e políticas de valorização docente no contexto neoliberal, que intensifica a precarização do magistério e a instrumentalização da formação. Gatti (2014) e Hypolito (2010) destacam que reformas neoliberais subordinam a formação docente a objetivos de mercado, marginalizando autonomia e inserção qualificada.

A relação entre currículos de licenciaturas e práticas de valorização, como reflexividade crítica e formação continuada, permanece insuficientemente explorada. É nesse contexto que se justifica a relevância deste estudo, o qual analisa como os PPC das licenciaturas em Química e Matemática da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Campus Blumenau, incorporam ou resistem às lógicas neoliberais, contribuindo para o debate sobre a formação de professores para práticas emancipatórias em um contexto de pressões gerencialistas.

O objetivo é analisar as propostas curriculares dos PPC dessas licenciaturas, examinando sua articulação com políticas públicas de formação e valorização docente em um contexto neoliberal. A pesquisa busca compreender como os currículos traduzem diretrizes normativas e demandas sociopolíticas, os quais se configuram como espaços de disputa entre práticas emancipatórias e imposições gerencialistas, conforme problematizado por Ball (2012) e Lopes (2016).

Para tal, o estudo se estrutura em: mapear as diretrizes curriculares nos PPC, verificando a aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores (BNC-Formação), com ênfase na Resolução CNE/CP nº 2/2019; avaliar componentes curriculares que promovam formação reflexiva e crítica, além de estratégias de valorização profissional, como autonomia e inserção no campo educacional, alinhadas a Nóvoa (2009) e Tardif (2012); e identificar influências neoliberais, como ênfase em competências técnicas ou avaliações externas, analisando sua relação com lógicas de mercado (Dardot; Laval, 2016).

A questão de pesquisa é a seguinte: De que forma os PPC das licenciaturas em Química e Matemática da UFSC-Blumenau expressam políticas de formação e valorização docente em um contexto neoliberal, e que tensões emergem entre abordagens tecnicistas e crítico-reflexivas?

Tal questionamento explora contradições entre demandas normativas e aspirações emancipatórias, e problematiza como os currículos respondem às pressões por responsabilidade e à necessidade de formar professores como intelectuais transformadores, conforme Freire (1996). A análise contribui para o debate sobre o papel das licenciaturas na resistência às reformas neoliberais e na promoção de práticas docentes voltadas à equidade e cidadania.

Desenvolvimento

Os PPC das licenciaturas em Química e Matemática da UFSC-Campus Blumenau se configuram como espaços estratégicos de materialização de políticas públicas educacionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica (Resolução CNE/CP nº 2/2015B e o PNE (2014-2024)). No entanto, como apontam Marcondes e Cunha (2024), a tradução dessas diretrizes nos contextos institucionais não é neutra, mas se efetiva por meio de redes políticas compostas por múltiplos atores e interesses que operam em disputas contínuas. Dessa forma, os PPC oscilam entre abordagens tecnicistas – fortemente influenciadas pela lógica da governança educacional neoliberal e seus dispositivos de controle e desempenho – e propostas crítico-reflexivas que reafirmam o papel formativo, político e ético da docência.

Essa ambivalência curricular revela as tensões inerentes entre a imposição de padrões uniformizantes e o exercício da autonomia pedagógica nos cursos de licenciatura. É relevante ressaltar que a análise dos PPC utiliza a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores (BNC-Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019, como principal balizador normativo, dada sua relevância como marco legal mais recente e abrangente para as licenciaturas. Contudo, a referência à Resolução CNE/CP nº 2/2015 se mantém necessária, uma vez que os PPC analisados, embora reestruturados, preservam em sua arquitetura elementos e estruturas concebidas sob a vigência da normativa anterior.

Essa dupla referência é fundamental para compreender a natureza híbrida e tensionada dos currículos, evidenciando um processo de transição curricular ainda em curso. A análise dos PPC da UFSC-Blumenau parte da compreensão do currículo como uma “arena de disputa” em Sacristán (2000). No contexto neoliberal, essa disputa é intensificada por “redes políticas” (Marcondes; Cunha, 2024) que promovem a governança educacional, a qual é regulada por indicadores de desempenho que desvalorizam a dimensão teórico-crítica da docência.

Dessa forma, as teorizações aqui apresentadas buscam verificar como os referenciais teóricos se materializam (ou são contestados) na arquitetura curricular dos cursos. A obra de Marcondes e Cunha (2024) aprofunda essa crítica ao demonstrar como organismos internacionais, agências de avaliação e atores privados participam ativamente da conformação de políticas curriculares, deslocando o foco da formação para competências funcionalizadas.

Nos PPC da UFSC-Blumenau, essas tensões são visíveis na coexistência de componentes curriculares voltados à reflexão crítica (como os estágios supervisionados e as práticas integradoras – (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a, 2021b) com menções a instrumentos como o Enade (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a, 2021b). A presença deste último, em particular, explicita a penetração do paradigma avaliativo gerencialista.

Marcondes e Cunha (2024) explicam que esse modelo de avaliação promove um estreitamento das finalidades da educação superior, intensificando o trabalho docente e restringindo sua autonomia ao submeter a formação às exigências de desempenho e produtividade. Nesse sentido, os PPC analisados evidenciam tanto a reprodução quanto a contestação das lógicas neoliberais, constituindo-se em espaços atravessados por disputas que comprometem ou fortalecem a identidade docente crítica.

A insuficiência de detalhamento sobre a infraestrutura dedicada e as parcerias institucionais não deve ser vista como uma mera falha administrativa. Antes, essa lacuna é um reflexo direto das “redes políticas” (Marcondes; Cunha, 2024) que promovem a governança educacional. A falta de provisão material ou de articulação externa sugere a origem institucional das dificuldades, reforçando a necessidade de que a análise das diretrizes curriculares seja acompanhada de uma compreensão ampliada das redes de poder que sustentam a infraestrutura e o contexto de atuação docente. A obra de Marcondes e Cunha (2024) aprofunda essa crítica, sendo essencial para ligar as redes de poder à governança.

A valorização docente, como dimensão indissociável da formação, surge nesses documentos como um elemento de resistência. Para Nóvoa (2009), valorizar a docência implica reconhecer sua complexidade, assegurar autonomia profissional e promover formação continuada crítica. Nos PPC das licenciaturas da UFSC-Blumenau, componentes que favorecem a pesquisa, a extensão e o compromisso social ressoam com as propostas da Anfope e da ANPEd, que defendem uma formação docente articulada à justiça social (Gatti, 2014). Essa consonância reforça o argumento de Marcondes e Cunha (2024) de que, mesmo em contextos fortemente tensionados pela lógica da nova gestão pública, há brechas institucionais para a construção de práticas emancipatórias.

Por fim, ao se posicionarem como campos de disputas entre projetos formativos divergentes, os PPC analisados reafirmam a centralidade da formação crítica e da valorização profissional na consolidação de uma prática docente transformadora. Para além de documentos normativos, eles se constituem em espaços político-pedagógicos que expressam, em sua arquitetura curricular, as contradições e possibilidades do presente. Tal fato exige que a análise de suas diretrizes seja acompanhada de uma compreensão ampliada das redes de poder que as produzem e sustentam, como propõem os estudos reunidos por Marcondes e Cunha (2024).

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, centrada na análise documental, para explorar as propostas curriculares dos PPC das licenciaturas em Química e Matemática da UFSC, Campus Blumenau, examinando sua articulação com políticas públicas de formação e valorização docente em um contexto neoliberal. A abordagem qualitativa, conforme Minayo (2014), justifica-se pela necessidade de compreender significados e tensões nos documentos curriculares, permitindo uma interpretação crítica das práticas formativas e suas implicações para a educação emancipatória.

A análise integra duas técnicas complementares: a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), para a categorização sistemática de conteúdos textuais, e o estudo de caso, delineado por Yin (2016), para a investigação contextualizada das especificidades institucionais.

A amostra inclui os PPC vigentes das licenciaturas em Química e Matemática, complementada pelos seguintes documentos normativos: as DCN; a Resolução CNE/CP nº 2/2019 (Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores – BNC-Formação) (Brasil, 2019); a Resolução CNE/CES nº 7/2018 (extensão na educação superior) (Brasil, 2018); o PNE (2014-2024); e a BNCC (Brasil, 2017).

Essa seleção permite analisar como os currículos traduzem políticas públicas, refletindo imposições normativas e resistências institucionais às lógicas neoliberais. A coleta de dados envolveu acesso sistemático aos PPC no site da UFSC-Blumenau e consulta a documentos oficiais.

A análise, estruturada com base em Bardin (2011), seguiu as seguintes etapas: leitura exploratória dos PPC para identificar temas centrais relacionados à formação e valorização docente; definição de categorias analíticas *a priori* – aderência às DCN e BNC-Formação (Brasil, 2019) – componentes pedagógicos críticos; influências neoliberais como competências técnicas; estratégias de valorização docente como autonomia e inserção profissional; e codificação de trechos textuais, organizados em quadros analíticos para comparar os currículos de Química e Matemática quanto a práticas pedagógicas, estágios, atividades extensionistas e menções ao Enade.

Os dados foram analisados à luz do referencial teórico, com contribuições de Ball (2012) sobre influências neoliberais e Nóvoa (2009) sobre valorização docente. A triangulação confrontou os achados com os documentos normativos (DCN, PNE, BNCC) e a literatura acadêmica, garantindo a validade interpretativa. O estudo de caso, conforme Yin (2016), focou nos PPC como unidades contextuais, considerando as especificidades institucionais da UFSC-Blumenau. Essa abordagem permitiu destacar as tensões entre lógicas tecnicistas e práticas crítico-reflexivas, articulando a profundidade textual às dinâmicas institucionais que moldam a formação docente.

Metodologicamente, a compreensão do currículo como uma “arena de disputa” em Sacristán (2000), na qual se confrontam a imposição de padrões uniformizantes e o exercício da autonomia pedagógica, foi operacionalizada pela análise de conteúdo de Bardin (2011), a partir de categorias *a priori*. Estas categorias, que incluíram a conformidade normativa (aderência às DCN e BNC-Formação), os componentes pedagógicos críticos (práticas reflexivas e extensão) e as influências neoliberais (menção ao Enade e competências técnicas), permitiram mapear as tensões entre as lógicas tecnicistas e as práticas crítico-reflexivas. Desse modo, a análise articulou a profundidade textual dos documentos às dinâmicas institucionais que moldam a formação docente.

Resultados

Este estudo analisou as propostas curriculares dos PPC das licenciaturas em Química e Matemática da UFSC, Campus Blumenau, examinando sua articulação com políticas públicas de formação e valorização docente em um contexto neoliberal. A análise documental, baseada em categorias *a priori*, revelou padrões que refletem a conformidade com as DCN (Brasil, 2015b) e particularidades disciplinares que moldam a formação docente. Os resultados foram organizados em quatro categorias: (1) conformidade com as DCN; (2) formação pedagógica e crítica; (3) influências neoliberais; e (4) valorização docente. A Tabela 1 sintetiza os achados, comparando os PPC.

Tabela 1 – Comparação das características dos projetos pedagógicos de curso das licenciaturas em Química e Matemática.

1 de 2

Categoria	Licenciatura em Química	Licenciatura em Matemática
Conformidade com as DCN	Alinhado à LDB 9.394/96, Resoluções CNE/CP nº 2/2015 e nº 2/2019 (BNC-Formação), e CNE/CES nº 7/2018. Foco em competências investigativas, inclusão e educação ambiental (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a).	Alinhado à LDB 9.394/96, Resoluções CNE/CES nº 3/2003, CNE/CP nº 1 e 2/2012, nº 2/2019, e CNE/CES nº 7/2018. Foco em competências interdisciplinares, reflexividade e cidadania (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b).
Formação Pedagógica	Disciplinas: Psicologia Educacional (60h), Educação Inclusiva (60h), Educação, Direitos Humanos e Diversidade (30h). Estágios supervisionados (400h) em escolas públicas e não formais, com práticas inclusivas via NuPe (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a).	Disciplinas idênticas às de Química. Estágios supervisionados (400h) com práticas reflexivas no LEMA e SOMA. Ênfase em inclusão com recursos acessíveis (ex.: LIBRAS, lupa eletrônica) (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b).

Tabela 1 – Comparação das características dos projetos pedagógicos de curso das licenciaturas em Química e Matemática.

2 de 2

Categoria	Licenciatura em Química	Licenciatura em Matemática
Influências Neoliberais	Menção ao Enade (conceito 4) sem centralidade. Foco em formação crítica, com práticas experimentais e extensão, resistindo a lógicas tecnicistas.	Menção ao Enade (conceito 5) sem priorização. Ênfase em formação crítica e extensão, com foco em resolução de problemas, mas resistência a lógicas gerencialistas.
Valorização Docente	Autonomia promovida via estágios e extensão, mas menção genérica à formação continuada. Ausência de estratégias específicas para inserção profissional ou políticas de carreira.	Autonomia enfatizada via práticas reflexivas e extensão. Formação continuada mais articulada, mas sem menção explícita a políticas de valorização (ex.: salário).

Nota: LEMA: Laboratório de Ensino de Matemática; SOMA: Sala de Matemática, LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais.

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina (2021a, 2021b).

Ambos os PPC se alinham às DCN e à BNC-Formação (Brasil, 2019), com a Licenciatura em Química enfatizando competências investigativas e educação ambiental (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a) e a de Matemática priorizando interdisciplinaridade e abstração (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b). A integração com ensino, pesquisa e extensão é explícita, atendendo às normativas.

Na formação pedagógica, os cursos compartilham disciplinas idênticas (150h), como Psicologia Educacional, Educação Inclusiva e Educação, Direitos Humanos e Diversidade Sociocultural, além de estágios supervisionados (400h). A Química destaca práticas experimentais via Práticas como Componente Curricular (PCC) (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a), enquanto a Matemática utiliza o Laboratório de Ensino de Matemática (LEMA) e a Sala de Matemática (SOMA) para práticas reflexivas (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b). Ambos priorizam inclusão, com recursos acessíveis (ex.: LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, materiais táteis) e suporte do Núcleo Pedagógico (NuPe), alinhando-se à Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015a).

As influências neoliberais, no que concerne aos exames padronizados, aparecem nos referidos documentos quando mencionam os conceitos do Enade aplicados aos cursos de referência (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a, 2021b), indicando pressão por resultados mensuráveis, como criticado por Ball (2012). Contudo, ambos os PPC priorizam formação crítica, com projetos de extensão voltados à cidadania (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a, 2021b), resistindo a lógicas tecnicistas, conforme a visão emancipatória de Freire (1996).

A valorização docente é promovida por estágios e extensão, que incentivam autonomia, mas a formação continuada é mais articulada na Matemática (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b) do que na Química, que apresenta abordagem genérica (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a). Nenhum dos PPC menciona políticas de valorização, como salário ou suporte à carreira, limitando o enfrentamento da precarização profissional, uma questão central para entidades como ANPEd e Anfope (Gatti, 2014). Essa lacuna, conforme Nóvoa (2009), compromete a resistência às lógicas neoliberais de intensificação do trabalho.

Os achados corroboram parcialmente Shiroma, Moraes e Evangelista (2004), que criticam reformas gerencialistas por subordinarem a formação docente a indicadores de desempenho. A menção ao Enade reflete essa pressão, mas a ênfase em práticas crítico-reflexivas e extensão alinha-se à formação baseada em saberes experienciais de Tardif (2012). Diferentemente de estudos que destacam predominância neoliberal (Mainardes, 2018), os PPC mostram resistência significativa via curricularização da extensão, promovendo interação comunitária e formação cidadã.

A análise foi limitada pela ausência de ementários detalhados nos PPC, restringindo a identificação de conteúdos específicos. O contexto da UFSC-Blumenau, com forte tradição de

extensão, pode não ser representativo de outras instituições, sugerindo a necessidade de estudos comparativos, bem como um olhar cauteloso sobre a generalização dos achados deste estudo de caso. Essa particularidade institucional, que se traduz na curricularização da extensão como vetor de resistência, pode não se replicar em Instituições de Ensino Superior (IES) com culturas organizacionais e pressões neoliberais distintas.

Desse modo, a identificação de práticas crítico-reflexivas robustas no currículo da UFSC deve ser interpretada como um resultado contextual, reforçando a necessidade urgente de estudos comparativos que explorem as tensões curriculares em diferentes contextos institucionais brasileiros. Para fortalecer a valorização docente, recomenda-se incluir estratégias explícitas de formação continuada e suporte à inserção profissional, como parcerias com redes de ensino. Futuras pesquisas podem explorar como outras licenciaturas articulam essas tensões e o impacto das práticas extensionistas na formação docente.

Os PPC da UFSC-Blumenau se configuram como arenas de disputa, onde práticas crítico-reflexivas coexistem com pressões neoliberais. Eles priorizam formação crítica e inclusiva, mas carecem de estratégias robustas para valorização docente, reforçando a tese de que currículos são espaços onde autonomia e educação emancipatória podem ser fortalecidas por práticas reflexivas e extensionistas.

Discussão

A análise documental dos PPC das licenciaturas em Química e Matemática da UFSC, Campus Blumenau, buscou responder à seguinte questão: Como esses PPC refletem as políticas de formação e valorização docente em um contexto neoliberal, e quais tensões emergem entre abordagens tecnicistas e crítico-reflexivas?

Os currículos, alinhados às DCN e à BNC-Formação, promovem práticas pedagógicas voltadas à cidadania e inclusão, resistindo, assim, às lógicas gerencialistas. Contudo, enfrentam limitações na abordagem explícita da valorização docente, especialmente em aspectos materiais, como salário e condições de trabalho.

Essas conclusões são sustentadas pela adesão dos PPC às normativas educacionais, como as Resoluções CNE/CP nº 2/2019 e CNE/CES nº 7/2018, que regulamentam formação docente e extensão (Brasi, 2018, 2019). A Licenciatura em Química prioriza competências investigativas e educação ambiental (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a), enquanto a de Matemática enfatiza interdisciplinaridade e rigor lógico (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b). Ambos integram a BNCC (Brasil, 2017), articulando conteúdos disciplinares à educação básica.

A análise documental identificou que ambos os PPC mencionam seus conceitos de curso obtidos no Enade (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a, 2021b). Embora tratada de forma periférica e não como eixo central, essa menção evidencia a penetração do paradigma gerencialista no currículo. Trata-se de uma materialização local daquilo que Ball (2012) descreve como a reorientação das políticas educacionais para a mensuração de resultados.

Em contraste, a análise de conteúdo, seguindo a categoria “Formação Pedagógica e Crítica”, permitiu mapear a resistência ao neoliberalismo. Essa resistência manifesta-se na oferta de disciplinas obrigatórias como Psicologia Educacional (60h), Educação Inclusiva (60h) e Educação, Direitos Humanos e Diversidade Sociocultural (30h) (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a, 2021b), as quais fogem de uma lógica puramente tecnicista. Tais práticas podem promover uma formação docente emancipatória, alinhada a Freire (1996), priorizando a transformação social e a inclusão.

Nessa ótica, a abordagem de estudo de caso foi essencial para compreender como a curricularização da extensão se tornou um vetor de resistência nesta instituição específica. A análise dos PPC (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b) revela que a exigência da Resolução CNE/CES nº 7/2018 foi traduzida não como mera obrigação burocrática, mas como pilar da formação cidadã. Essa particularidade pode não se repetir em outras IES, frequentemente criticadas por Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) por reduzirem a formação de professores a um mero treinamento funcional.

Embora predominem práticas crítico-reflexivas, elementos técnicos persistem. Na Química, as Práticas como Componente Curricular (PCC) e laboratórios (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a) atendem parcialmente ao Enade, todavia, integram temáticas éticas como educação ambiental. Similarmente, na Matemática, o foco em resolução de problemas no Laboratório de Ensino de Matemática e Sala de Matemática (Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b) reflete competências técnicas, mas projetos de extensão reforçam a formação crítica, como defendido por Imbernón (2010).

Não obstante o exposto, a ausência de disciplinas sobre educação do campo ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) limita a preparação para contextos específicos, conforme Arroyo (2012).

A análise sugere que os PPC analisados promovem uma valorização docente restrita ao campo discursivo e reflexivo (via estágios e extensão), porém, falham em abordar suas dimensões materiais. Ao omitirem estratégias de inserção profissional ou o debate sobre condições de trabalho e remuneração, os currículos, ainda que críticos, reproduzem, indiretamente, a precarização neoliberal. O posicionamento crítico dos cursos foca na práxis pedagógica (Nóvoa, 2009), mas silencia sobre as condições objetivas que permitem (ou impedem) essa práxis, limitando o alcance da formação emancipatória.

No contexto da UFSC-Blumenau, os PPC analisados se revelam como arenas de disputa, nas quais práticas crítico-reflexivas coexistem com pressões neoliberais. A ênfase em inclusão e extensão, embora resista ao gerencialismo, expõe que a ausência de estratégias robustas de valorização docente reforça a necessidade de políticas institucionais que promovam autonomia e equidade, alinhadas às lutas da ANPED e da Anfope.

Considerações Finais

A análise dos PPC das licenciaturas em Química e Matemática da UFSC, *Campus* Blumenau, revela que, no âmbito deste estudo de caso, esses currículos se configuram como arenas de disputa, nas quais lógicas neoliberais e práticas crítico-reflexivas moldam a formação e valorização docente. Alinhados às DCN e à BNC-Formação, os PPC promovem competências que integram conteúdos disciplinares a práticas pedagógicas voltadas à inclusão e cidadania. Disciplinas como Psicologia Educacional, Educação Inclusiva e Educação, Direitos Humanos e Diversidade Sociocultural, aliadas à extensão, refletem o compromisso com a formação de professores transformadores. A análise documental identificou que ambos os PPC mencionam seus conceitos de curso obtidos no Enade. Embora tratada de forma periférica e não como eixo central, essa menção evidencia a penetração da lógica gerencialista no currículo, tratando-se de uma materialização local daquilo, como a reorientação das políticas educacionais para a mensuração de resultados.

Os PPC incentivam a valorização docente via estágios supervisionados e extensão, promovendo autonomia e reflexividade. Contudo, a ausência de estratégias robustas de formação continuada e suporte à carreira, como parcerias com redes de ensino, reflete a precarização do

magistério. A ausência de disciplinas sobre educação do campo e Educação de Jovens e Adultos (EJA) limita a formação inclusiva para contextos específicos. Para fortalecer a valorização docente, recomenda-se ampliar a formação continuada e incluir conteúdos específicos.

Futuras pesquisas podem explorar outras licenciaturas e o impacto da extensão na identidade docente, contribuindo para uma educação equitativa, alinhada às lutas da ANPEd e Anfope.

Referências

- Arroyo, M. S. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- Ball, S. J. *Global education inc.: new policy networks and the neoliberal imaginary*. London: Routledge, 2012.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- Brasil. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2015a.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura e cursos de formação pedagógica para graduados) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 8-12. Brasília, 2 jul. 2015b.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 52-58. Brasília, 23 dez. 2019.
- Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 37-40. Brasília, 20 dez. 2018.
- Brasil. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- Dardot, P.; Laval, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Freire, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Gatti, B. A. *Formação de professores no Brasil: características e problemas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- Hypolito, A. M. A precarização do trabalho docente e suas implicações na formação profissional. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 112, p. 781-800, 2010.
- Imbernón, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2010.
- Lopes, A. C. *Políticas de currículo em contexto neoliberal: desafios para a formação docente*. São Paulo: Cortez, 2016.
- Mainardes, J. *A análise de políticas educacionais: contribuições teórico-metodológicas*. Campinas: Autores Associados, 2018.
- Marcondes, M. I.; Cunha, G. (org.). *Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2024.
- Minayo, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.
- Nóvoa, A. *Professores: imagens do futuro, imagens do presente*. Lisboa: Educa, 2009.
- Sacristán, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- Saviani, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- Shiroma, E. O.; Moraes, M. C. M.; Evangelista, O. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- Tardif, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- Universidade Federal de Santa Catarina. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química*. Blumenau: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021a. Campus Blumenau.

Universidade Federal de Santa Catarina. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática*. Blumenau: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021b. Campus Blumenau.

Yin, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2016.